

1ª**CONFERÊNCIA
NACIONAL
DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**Educação profissional
como estratégia para
o desenvolvimento e
a inclusão social

RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COM A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Gaudêncio Frigotto (UERJ)

RESUMO

Um dos equívocos mais freqüentes e recorrentes nas análises da educação no Brasil, em todos os seus níveis e modalidades, tem sido o de tratá-la em si mesma e não como constituída e constituinte de um projeto dentro de uma sociedade cindida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais e com marcas históricas específicas - colônia durante séculos, escravocrata e, atualmente, capitalismo associado e dependente¹.

Este equívoco se explicita tanto nas visões iluministas, quanto nas economicistas e reprodutivistas. No primeiro caso, a educação se constitui no elemento libertador da ignorância e constitutivo da cidadania. No segundo, sob os auspícios do economicismo, a educação é concebida como capital humano, *galinha dos ovos de ouro*, capaz de nos tirar do atraso e nos colocar entre os países desenvolvidos e de facultar mobilidade social. Por fim, nas visões reprodutivistas a educação se reduz a uma força unidimensional do capital.

Por certo, a educação tem mediações com todas as dimensões acima, porém a natureza destas mediações se define pelas relações de poder existentes no plano estrutural e conjuntural da sociedade. Vale dizer, a educação básica, superior e profissional se definem no embate hegemônico e contra-hegemônico que se dá em todas as esferas da sociedade e, por isso, não pode se tomada como um "fator" isolado, mas como parte de uma totalidade histórica.

Neste artigo sobre a relação entre a educação profissional e tecnológica e a universalização da educação básica discutirei, ainda que de forma breve, três pontos e algumas considerações a título de desafios políticos na direção de traçar elementos que possam construir um consenso mínimo entre as forças que se opõe ao consenso neoliberal.

¹. Para uma análise densa sobre nossa formação histórica ver Nelson Werneck Sodré (2004). Sobre especificidade de sociedade capitalista dependente ver, especialmente, Florestan Fernandes (1975 e 1981), Francisco de Oliveira (2003) e Celso Furtado. (1974, 1992 e 2002)

No primeiro ponto buscarei apontar reiteração de determinações estruturais que nos ajudam entender o elevado grau de analfabetismo adulto, a não universalização da educação básica, na perspectiva da escola unitária (politécnica e/ou tecnológica) e a concepção da formação profissional na perspectiva estrita de adaptação aos objetivos do mercado e não aos direitos dos trabalhadores e objetivos sociais mais amplos.

O que buscaremos explicitar é que as lutas que se travaram no Brasil entre projetos societários ao longo especialmente do século XX desembocou pela afirmação de um projeto da burguesia brasileira, que se tornou na década de 1990 hegemônico, por uma sociedade de capitalismo associada e dependente. Trata-se de integrar uma parte muito restrita da sociedade brasileira aos benefícios do capital mundial - com enormes vantagens para esta minoria, às custas de condenar o Brasil e a grande maioria de sua população a um papel subordinado na divisão internacional do trabalho.

Sob esta definição de projeto societário imposto pela burguesia brasileira, no segundo ponto, discutirei a natureza da educação básica (fundamental e média) e as relações desta com a educação tecnológica e profissional. Trata-se aqui de assinalar que a quase universalização do acesso ao ensino fundamental no início dos anos 2000 engendra uma positividade inequívoca, porém esvaziada de sentido de efetiva universalidade porquanto o tipo de escolaridade não garante efetiva igualdade na democratização do conhecimento. A escola pública brasileira é a escola dos pobres. Uma pobre escola que *cresce e se expende mas para menos*.

A fragilidade do ensino fundamental, agora afirmada na dualidade do acesso ao conhecimento, torna-se abismal no ensino médio, última etapa da educação básica. A universalização do ensino médio, para o tipo de opção de projeto societário associado e dependente ao grande capital e com a hegemonia do capital financeiro, não se coloca como necessidade real a este projeto. Isso nos permite entender não só a parca expansão do ensino médio mas também o dualismo reiterado de diferentes formas.

Do ponto de vista político não interessa à fração dominante da burguesia brasileira uma educação integral e omnilateral de todos os jovens. Do ponto de vista econômico, os que se formam no ensino médio e superior atendem às demandas do trabalho complexo e, para o tipo de empregos que a economia cria é para o trabalho simples e de baixo valor agregado em termos de remuneração. Uma burguesia dominante marcada, pois, pela cultura do discurso vazio da prioridade à educação e que se apraz em prédicas moralistas e de espasmos do tipo de *todos pela educação* ou por conselhos de imitarmos outras sociedades, como a Coréia do Sul. Trata-se de uma visão mágica que acredita que é possível transplantar processos históricos sem vivenciar esses processos. O caráter retórico destes discursos se explicita não só pela não disposição de investimentos para a expansão e qualidade universalizada do ensino médio como pela resistência ativa no processo de desmontar as poucas escolas públicas de nível médio cujos custos se aproximam às necessidades para um ensino de qualidade. A imposição da eliminação gradativa do ensino médio público da rede de

Centros de Educação Tecnológica (CEFETS), pelo extinto Decreto Lei nº 2008/96, é uma clara evidência desta resistência. Um dos argumentos é de que era um ensino médio de custos muito elevados. Na verdade esta rede é que detinha as condições materiais, ainda que na dominante de concepção, mais próximas para a oferta de um ensino médio integrado na ótica da educação politécnica ou tecnológica.

Neste contexto a relação que se estabelece entre a educação básica e a educação tecnológica é precária por diferentes aspectos. Primeiramente pela não democratização do conhecimento no ensino fundamental e pela não universalização do ensino médio e seu caráter dual estrutural e de precária qualidade com a dominância do ensino noturno e supletivo. Em segundo lugar, uma tradição histórica que tem subordinado a educação técnica, tecnológica e, especialmente a profissional, aos interesses e orientação ideológica do capital. Essa visão mercantil se radicalizou com o ideário e políticas neoliberais a partir da década de 1990. Trata-se de formar um trabalhador "cidadão produtivo" adaptado e com o desenvolvimento das "competências" exigidas unilateralmente para o mercado.

No atual governo, embora com avanços inequívocos nos mais diversos setores da sociedade, avaliando as forças em jogo, podemos afirmar que o que dominou nestes quatro anos se define por uma postura contraditória e ambígua em termos de projeto societário e educacional. Por um lado manteve-se a política econômica dentro do credo da ortodoxia fiscal, financista e rentista, uma relação ambígua público privado e políticas distributivas, mas de caráter predominantemente assistencial. No campo da educação básica, superior e tecnológica e profissional, essa ambigüidade se expressa por sinais de ruptura e de continuidade das políticas dos governos anteriores.

O desafio político dos próximos anos é de "ressurgir das cinzas" e afirmar um projeto societário contra-hegemônico ao consenso neoliberal. A direção de deste projeto demanda um consenso básico cujo horizonte claro nos é dado por Hobsbawm . Um *"desenvolvimento sustentável que não pode funcionar por meio do mercado, mas operar contra ele* (1992, p.266). Nesta direção há que se afirmar o Estado- não este Estado como acrescenta Hobsbawm - predominantemente privatizado, mas um estado radicalmente publicizado, na articulação concomitante de reformas estruturais e de políticas emancipatórias e distributivas . É no bojo deste projeto que a educação básica universal e unitária se imporá como necessidade real com aportes substantivos de recursos para viabilizá-la e a educação profissional, não como mera adaptação às demandas do mercado, mas como direito subjetivo do trabalhador e necessidade dos sistema produtivo. Isto demanda uma inversão do caráter privado que há tem caracterizado historicamente. Trata-se de subordina-la a uma gestão e controle públicos.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Um ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. .

OLIVEIRA, F. de, *Crítica da Razão Dualista - O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003

WERNEC SODRÉ, N *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro, Graphica Editoria, 2004. 14ª edição.

FURTADO, C. *Em busca de um novo modelo*. Reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.